

Factos relevantes do 1.º trimestre de 2020

- **Covid-19:** destaca-se, ainda que com impacto muito limitado nos fluxos financeiros reportado através do presente boletim, a ocorrência da pandemia da doença COVID-19 e as medidas legislativas e administrativas adotadas no seu combate, designadamente o Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril, os quais têm vindo a ser sinalizados pelos parceiros privados, de forma transversal aos sectores abrangidos pelo universo de PPP objeto de reporte pela UTAP, como tendo impacto na execução dos contratos e como conferindo o direito a compensações ou à reposição do equilíbrio financeiro.

Execução Financeira – 1.º Trimestre de 2020

- No 1.º trimestre de 2020, os encargos líquidos do setor público com as PPP ascenderam a 500,8 M€, representando um aumento homólogo dos encargos em 23,6 M€ (+5%).
- O aumento homólogo harmonizado, sem a parceria do Estabelecimento do Hospital de Braga, foi de 74,6 M€ (17%).

Valores em milhares de euros

ENCARGOS LÍQUIDOS	1T2020	Peso no Total (1T)	1T2019	Δ 1T2020/1T2019	2020P	% Execução
Rodoviário	415 750	83%	358 727	16%	1 113 934	37%
Ferroviário	11 030	2%	9 592	15%	54 429	20%
Aeroportuário	0	0%	0	n.a.	0	n.a.
Saúde	80 910	16%	115 976	-30%	314 644	26%
Portuário	-6 898	-1%	-7 116	3%	- 28 180	24%
TOTAL	500 792	100%	477 179	5%	1 454 827	34%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2020.

Principais variações face ao 1.º T 2019

(-) **Estabelecimento do Hospital de Braga:** efeito do término do contrato em 31 de agosto de 2019 (-50,9 M€).

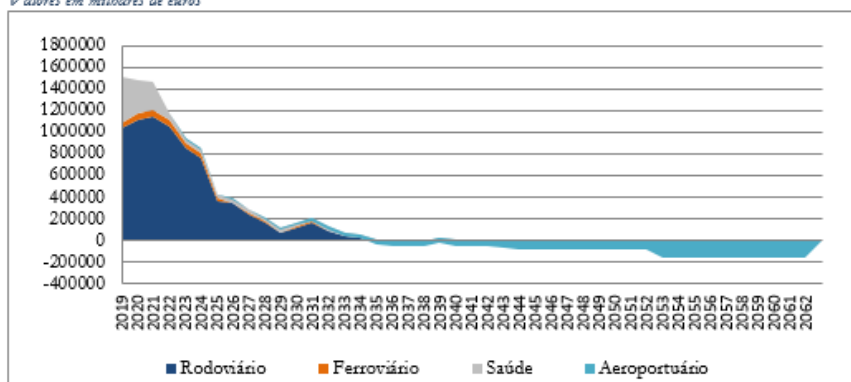
(+) **Pinhal Interior, Baixo Tejo e Baixo Alentejo:** aumento dos pagamentos por disponibilidade (20,6 M€).

(+) **Litoral Centro e Douro Litoral:** aumento dos pagamentos de REF em consequência de decisões arbitrais de 2015 e 2017 (16,4 M€).

(+) **Estabelecimento do Hospital de Loures:** liquidação do pagamento de reconciliação relativo à produção de 2018, tendo o pagamento relativo à produção de 2017 ocorrido ainda em 2018 (14,6 M€).

Projeção de encargos plurianuais

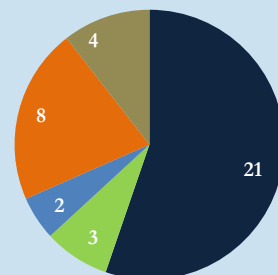
Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados da responsabilidade das entidades gestoras das PPP.

Nota: Os valores de 2019 correspondem aos encargos efetivamente registados no referido ano, a preços do ano corrente. Os valores futuros são apresentados a preços constantes de 2020, tal como inscritos no Relatório do OE2020. Os valores apresentados incluem IVA, quando aplicável.

Universo PPP considerado ⁽¹⁾



■ Rodoviário ■ Ferroviário
■ Aeroportuário ■ Saúde
■ Portuário

• 38 PPP, considerando ainda a parceria do Estabelecimento do Hospital de Braga, para efeitos de reporte de um fluxo financeiro previsto para 2020

• Inclusão de 4 parcerias do setor portuário, duas no Porto do Douro e Leixões, uma no Porto de Lisboa e outra no Porto de Sines

⁽¹⁾ universo dinâmico, em função da extinção ou celebração de novos contratos ou da avaliação e confirmação da verificação dos requisitos legais de aplicação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio

Relatório do OE 2020

• Para maior detalhe, aconselha-se a consulta do Relatório do OE 2020, particularmente, no que às PPP diz respeito, os seus capítulos 5.2.2 e 6.3, disponível para consulta no site da Direção-Geral do Orçamento (www.dgo.pt).

• Complementarmente, poderá revelar-se útil a consulta da nota técnica elaborada pela UTAP relativamente a este Relatório do OE 2020 (www.utap.pt).

Sector Rodoviário

Execução financeira – 1º trimestre de 2020

- Os encargos líquidos do setor público com as parcerias rodoviárias cifraram-se em aproximadamente 415,8 M€, registando um aumento de 57,0 M€ face ao período homólogo (+16%), resultado do acréscimo dos encargos brutos (+61,4M€|+14%), parcialmente compensado pelo aumento das receitas de portagem (+4,3M€|+5%), reflexo da evolução positiva do volume de tráfego.

- A evolução dos encargos brutos é explicada, entre outros, por:

Por um lado, mitigando o seu acréscimo,

- Grande Porto, Interior Norte e Pinhal Interior:** diminuição dos pagamentos de reconciliação, a título de disponibilidade (-6,7M€);

Em sentido oposto, o acréscimo advém de,

- Pinhal Interior, Baixo Alentejo e Baixo Tejo:** aumento dos pagamentos por disponibilidade (+20,6M€);
- Litoral Centro e Douro Litoral:** pagamentos por compensação por REF em consequência de decisões arbitrais (+16,4M€);
- Autoestrada Transmontana:** acréscimo dos pagamentos por reconciliação, a título de disponibilidade (+8,8 M€);
- Litoral Oeste e Baixo Tejo:** pagamento, fruto dos acordos referentes aos litígios relativos aos Dispositivos Eletrónicos de Matrícula, de 7,1 M€.

- A taxa de cobertura dos encargos brutos pelas receitas foi de 17%, face aos 18% verificados no período homólogo. O decréscimo deveu-se essencialmente ao aumento dos encargos brutos⁽²⁾.

⁽²⁾ De notar que esta taxa sofre da influência negativa daqueles contratos em que as receitas de portagem são da titularidade do parceiro privado.

Valores em milhares de euros

PPP Rodoviárias	AC 2020	Peso no Total	AC 2019	Δ AC 2020/ AC 2019
Encargos brutos	501 103	100%	439 735	14%
Pagamentos por Disponibilidade	441 512	88%	404 368	9%
Concessões	257 842	51%	248 671	4%
Subconcessões	183 670	37%	155 697	18%
Custos com serviço de cobrança de portagem⁽¹⁾	9 792	2%	9 694	1%
Pagamento por serviço⁽²⁾	25 800	5%	20 708	25%
Compensações/REF's	23 999	5%	4 965	383%
Douro Litoral	7 865	2%	0	
Litoral Centro	8 521	2%	10	
Litoral Oeste	4 449	1%	0	
Baixo Tejo	2 678	1%	0	
Lusoponte	21	0%	3 991	-99%
Outros ⁽³⁾	465	0%	964	-52%
Receitas	85 353	17%	81 007	5%
Concessões	74 149	15%	73 701	1%
Subconcessões	10 774	2%	7 265	48%
Outros ⁽⁴⁾	430	0%	41	947%
Encargos líquidos totais	415 750	83%	358 727	16%
Taxa de cobertura	17%		18%	
Concessões	26%		27%	
Subconcessões	6%		5%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Riscos e Contingências (2019)

- No final de 2019, os riscos e contingências no setor rodoviário estavam quantificados em cerca de 878M€⁽³⁾⁽⁴⁾, com destaque para:

Algarve Litoral: ação arbitral de rescisão do contrato proposta pela subconcessionária (445 M€) e ação movida pelos bancos financiadores, em que é pedida uma indemnização (43 M€).

Baixo Tejo: pedido de reposição do equilíbrio financeiro com fundamento na impossibilidade de construção da ER377 (110 M€) e ação arbitral em que peticiona o pagamento de remuneração que considera devida e não paga (34 M€).

⁽³⁾ Valores indicativos, resultando da conjugação dos diversos riscos e contingências, nomeadamente pedidos de reposição do equilíbrio financeiro, ações arbitrais, administrativas e executivas e situações pré-contenciosas, alguns dos quais carecendo de quantificação e outros que na quantificação é considerado o valor peticionado pelo parceiro privado. Daqui não resulta reconhecimento ou assunção de responsabilidades para os parceiros públicos.

⁽⁴⁾ Inclui dois pedidos de reposição do equilíbrio financeiro interpostos pelas Subconcessionárias do Baixo Tejo e do Litoral Oeste em 2012, quantificados em 155 M€ e 85 M€, relativamente aos quais foram, já em 2020, obtidos acordos entre a IP e as Subconcessionárias, pondo fim aos diferendos, os quais foram homologados pelos Tribunais Arbitrais.

Sector da Saúde

Execução financeira – 1º trimestre de 2020

- Os encargos do setor público com as parcerias da saúde ascenderam a 80,9 M€, representando uma redução de cerca de 35,1 M€ (-30%) face aos encargos incorridos em 2019. Este resulta, sobretudo, da diminuição dos encargos associados às EG Estabelecimento (-32%), embora os encargos com as EG Edifício tenham também diminuído (-13%).

- Relativamente às **EG Estabelecimento**,

Contribuíram para a diminuição dos encargos:

- Hospital de Braga:** pela não realização de qualquer pagamento, em virtude da conclusão, em 31 de agosto de 2019, da prestação dos serviços clínicos realizados por esta entidade (-50,9M€) – evento que, por sua vez, é o principal contribuinte para a diminuição dos pagamentos relativos a protocolos

Tendo o decréscimo sido mitigado por:

- Hospital de Loures:** pagamento de reconciliação relativo à produção efetiva do Hospital em 2018, tendo o pagamento relativo à produção de 2017 ocorrido ainda em 2018 (+14,6M€)

- Relativamente às **EG Edifício**, a redução registada deve-se, essencialmente, à diminuição, nos termos contratualmente previstos, da componente fixa dos pagamentos efetuados à EG Edifício do Hospital de Braga, no montante mensal de 0,4 M€ (-1,2 M€).

Riscos e Contingências (2019)

- No final de 2019, os riscos e contingências no setor da saúde estavam quantificados em cerca de 11M€⁽⁵⁾, com destaque para:

Estabelecimento do Hospital de Cascais: pedido de constituição de um tribunal arbitral, formulado pelo parceiro privado, para dirimir o litígio (pedido de reposição do equilíbrio económico financeiro) referente à formação dos médicos internos (8 M€).

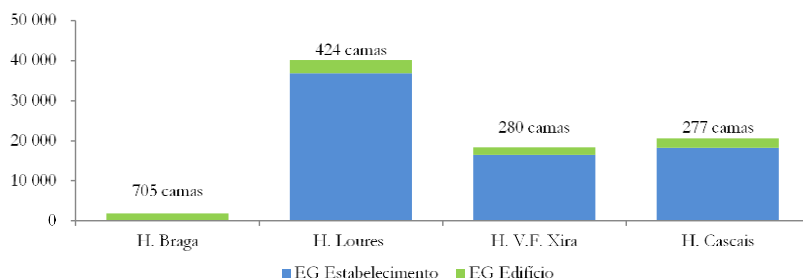
⁽⁵⁾ Valores indicativos, resultando da conjugação dos diversos riscos e contingências, nomeadamente pedidos de reposição do equilíbrio financeiro, ações arbitrais, administrativas e executivas e situações pré-contenciosas, alguns dos quais carecendo de quantificação e outros que na quantificação é considerado o valor peticionado pelo parceiro privado. Daqui não resulta reconhecimento ou assunção de responsabilidades para os parceiros públicos.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	1T2020	Peso no Total (1T)	1T2019	Δ 1T2020/1T2019
Hospitais PPP - Estabelecimentos	71 576	88%	105 256	-32%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	53 891	67%	89 315	-40%
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	14 578	18%	0	n.a.
Protocolos/outros ⁽³⁾	3 106	4%	15 941	-81%
Hospitais PPP - Edifícios	9 334	12%	10 720	-13%
Pagamentos Contratuais ⁽¹⁾	9 334	12%	10 720	-13%
Pagamentos de Reconciliação ⁽²⁾	0	0%	0	n.a.
Encargos Totais	80 910	100%	115 976	-30%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Valores em milhares de euros



Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ACSS.

Setor Ferroviário

Execução financeira – 1º trimestre de 2020

- Os encargos incorridos pelo parceiro público ascenderam a 11,0M€, valor que é superior quando comparado com o de igual período de 2019 devido, essencialmente, ao efeito do contrato de subconcessão do **Metro do Porto**, em virtude de ter sido realizado mais um pagamento de componente fixa.
- Os encargos do parceiro público com a **MST**, que correspondem integralmente ao pagamento das compensações indemnizatórias devidas quando o tráfego real se situe abaixo do limite mínimo da banda de referência, reduziram-se em reflexo da combinação da atualização monetária anual da tarifa e da aproximação do tráfego registado ao limite mínimo da banda de referência.

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	AC 2020	Peso no total	AC 2019	Δ AC 2020 / AC 2019
Concessão do MST	1 932	18%	2 200	-12%
Concessão Eixo Norte/Sul	0	0%	0	n.a.
Subconcessão do Metro do Porto	9 097	82%	7 392	23%
TOTAL	11 030	100%	9 592	15%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGTF e pela Metro do Porto, S.A.

Riscos e Contingências (2019)

- Com o acordo para a reposição do equilíbrio financeiro do contrato **Fertagus**, no final de 2019 mantinha-se apenas o litígio que envolve o Estado e a ELOS, ao abrigo do qual o Estado foi condenado ao pagamento de compensação em valor atualizado de 192,0 M€. O Estado pediu anulação do acórdão arbitral (2016) e, mais recentemente, opôs-se à ação executiva iniciada pela ELOS (2018).

Setor Portuário

Execução financeira – 1º trimestre de 2020

- Os fluxos financeiros referem-se aos pagamentos efetuados pelas concessionárias às Administrações Portuárias e decompõem-se numa componente fixa e/ou variável, sendo esta última calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais.
- A evolução global dos fluxos financeiros resulta, essencialmente, da diminuição das receitas auferidas pelas Administrações do Porto de Sines e de Lisboa, parcialmente mitigada pela receita obtida pela Administração dos Portos do Douro e Leixões.

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	AC 2020	Peso no total	AC 2019	Δ AC 2020 / AC 2019
Porto de Douro e Leixões	5 966	86%	5 720	4%
Terminal de Contentores de Leixões	5 200	75%	5 001	4%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	766	11%	719	7%
Porto de Lisboa	558	8%	574	-3%
Terminal de Contentores de Alcântara	558	8%	574	-3%
Porto de Sines	373	5%	822	-55%
Terminal de Contentores de Sines XXI	373	5%	822	-55%
TOTAL	6 898	100%	7 116	-3%

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias, inclusive a previsão 2020P.

Riscos e Contingências (2019)

- Nada a assinalar.

Setor Aeroportuário

Execução financeira – 1º trimestre de 2020

- Os contratos de concessão a cargo da **ANA – Aeroportos de Portugal** não preveem, numa base recorrente, encargos para o parceiro público. Pelo contrário, nos termos dos contratos atualmente em vigor, preveem-se receitas, numa base recorrente, para o setor público, as quais, no entanto, terão início apenas em 2023. Assim, no 1º trimestre de 2020, não ocorreu qualquer fluxo financeiro.